

ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
EPGE

Ensaio Econômico da EPGE  
nº 13

M O E D A

Antonio Maria da Silveira

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA  
DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

- 1974 -

## ENSAIOS ECONÔMICOS DA EPGE

- Nº 1 - Análise Comparada das Alternativas de Política Comercial de um País em Processo de Industrialização - Edmar Lisboa Bacha - 1970 (esgotado).
- Nº 2 - Análise Econométrica do Mercado Internacional do Café e da Política Brasileira de Preços - Edmar Lisboa Bacha - 1970 (esgotado).
- Nº 3 - A Estrutura Econômica Brasileira - Mario Henrique Simonsen 1971 - (esgotado).
- Nº 4 - O Papel do Investimento em Educação e Tecnologia no Processo de Desenvolvimento Econômico - Carlos Geraldo Langoni-1972
- Nº 5 - A Evolução do Ensino de Economia no Brasil - Luiz de Freitas Bueno - 1972.
- Nº 6 - Política Anti-Inflacionária - A Contribuição Brasileira - Mario Henrique Simonsen - 1973.
- Nº 7 - Análise de Séries de Tempo e Modelo de Formação de Expectativas - José Luiz Carvalho - 1973.
- Nº 8 - Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil: Uma Reafirmação - Carlos Geraldo Langoni - 1973.
- Nº 9 - Uma Nota Sobre a População Ótima do Brasil - Edy Luiz Kogut 1973.
- Nº 10 - Aspectos do Problema da Absorção de Mão-de-Obra: Sugestões para Pesquisas - José Luiz Carvalho - 1974.
- Nº 11 - A Força de Trabalho no Brasil - Mario Henrique Simonsen -1974.
- Nº 12 - O Sistema Brasileiro de Incentivos Fiscais - Mario Henrique Simonsen - 1974.
- Nº 13 - Moeda - Antonio Maria da Silveira - 1974.

## M O E D A

Antonio M. Silveira

"Numa democracia, a única forma de garantir que a moeda esteja em boa ordem é assegurar que tantos cidadãos quanto possíveis compreendam as características básicas da moeda ..."

Pesek e Saving (1969, pp. 9)

"A maneira mais eficiente de destruir uma sociedade é destruir a sua moeda"

Lenin (Citado por Friedman 1968, pp.39)

Em livro recente, Mermelstein (1970) reproduz uma publicação de Marx sobre a moeda, "Money". Apoiando-se em Shakespeare, Marx vê a moeda como "o meio e o poder universal e externo (não derivado do homem como homem nem da sociedade humana como sociedade) para mudar a representação em realidade e a realidade em mera representação".

Assim, o indivíduo repulsivo torna-se atrativo pelo poder da moeda. O feio ou o desprezível, torna-se belo ou influente. O estúpido contrata o inteligente. Fantasias tornam-se realidades quando podem manifestar-se no mercado através da moeda. Necessidades fundamentais transformam-se em quimeras quando não secundadas pela moeda. "Moeda, visto que ela tem a propriedade de comprar tudo, de apropriar objetos a si mesma, é, portanto, o objeto por excelência".

Nosso problema inicial é dar um nome a esta conceituação "marxista" da moeda, pois na realidade temos aqui a descrição de um fenômeno, de uma metamorfose, que muito pouco tem a ver com a moeda. Podemos chamar de "poder metamórfico" a este fenômeno ou a esta conceituação à procura de um nome. Ou, seguindo Marx, podemos chamá-lo de "poder corruptor". O que não podemos fazer, é seguir Marx identificando o fenômeno descrito com a moeda, ou mesmo chamá-la de "poder

---

Desejo agradecer aos professores José Frota, Edy Kogut, Carlos Langoni, José Senna e, em especial, ao professor Ney Oliveira e à minha esposa, Sonia Silveira, pelas inúmeras sugestões críticas e correções que me apresentaram. Naturalmente, as idéias expressas, assim como erros e omissões restantes, são de minha inteira responsabilidade.

genuinamente criativo", por mais atrativa que seja esta última denominação. Marx, pretendendo ser profundo, discute a moeda omitindo a sua essência. Vamos rever este ponto básico e recordar a função da moeda numa economia, seja ela moderna ou antiga, capitalista ou socialista. Depois voltaremos a Marx.

Na realidade, a publicação em 1970 de tal artigo não nos surpreende. Já não nos damos a este luxo, tal a qualidade e a quantidade de distorções e desvirtuamentos que ouvimos sobre a moeda, sendo muitos provenientes de espíritos cultos e lúcidos. Os jornais e revistas também apresentam frequentemente tais mal-entendidos. Em 1973, um jornal de grande circulação no país dedicava uma página inteira à moeda, e entre outras, chorava a inexistência de um padrão absoluto de valor, um padrão objetivo. Esqueciam-se aqui de que na medida em que uma economia serve aos indivíduos, na medida em que existe liberdade de consumo (que pode existir em certas formas de socialismo, como veremos abaixo), o subjetivismo impera, não cabendo qualquer medida objetiva de valor.

As distorções sobre juros também são comuníssimas e podemos ver a que extremos chegamos ao observarmos a existência de uma lei de usura no Brasil de 1964, fixando a taxa de juros máxima de 12% ao ano, quando a taxa de aumento de preços se elevava a 81% ao ano (se a lei, que data de 1933, tivesse de fato sido cumprida, ela teria trazido punição aos indivíduos que fizeram poupança).

Não cuidaremos neste artigo do problema de juros, mas pretendemos mostrar que aqueles que advogam a abolição de juros não precisam e não devem estender esta atitude à moeda. Não precisa porque se pode construir uma economia sem juros (a um custo elevadíssimo, certamente), mas é impossível fazê-lo sem a moeda, a menos de um retrocesso a nível quase tribal ou, alternativamente, a nível de repressão inimaginado pelas ditaduras mais autocratas, de direita ou de esquerda.

## CONCEITO

Em nossos dias, o que chamamos moeda toma a forma de moeda ("níqueis"), moeda manual ("notas"), e depósitos bancários à vista. Esta é apenas a forma física<sup>1</sup>, mutável no tempo, que não existia no

---

<sup>1</sup> Veja Knapp em Gudin (1972, pp. 25)

passado, ainda que não única no presente, e que não deverá prevalecer no futuro. O que conhecemos como civilizações são formas recentes da evolução humana - três gerações em 6.000 anos, em contraste com os prováveis 300.000 anos de vida da espécie humana (Toynbee, vol. I, pp. 173), e o uso da moeda data das primeiras civilizações.

Várias mercadorias já serviram como moeda. São as chamadas moedas-mercadorias. A longa lista deste tipo ou desta forma física da moeda inclui o boi, a ovelha e o cavalo, conchas e pedras, sal, côco, fumo e chá, pregos e ferramentas. Ainda hoje vemos remanescentes de sociedades primitivas em regime de escambo e vemos, eventualmente, moedas-mercadorias circulando em países civilizados em períodos de grandes crises (como na Alemanha do período hiperinflacionário 1922-23).

Mas estas crises, por espetaculares que sejam, não devem ofuscar o fato de que já conseguimos usar como moeda, mercadorias cujos valores de produção são muito menores do que seus valores de uso ou de troca. A moeda toma então o nome ou a qualificação de moeda fiduciária. As crises anteriores à Segunda Guerra Mundial, tanto as hiperinflações quanto as hiperdepressões, com moedas-mercadorias ou com moedas fiduciárias, são evidências de que ainda estamos aprendendo a usar a moeda. Mas, considerando o pós-guerra, vemos que este aprendizado está em fase acelerada, tanto nas economias capitalistas quanto nas socialistas. As hiperinflações ou hiperdepressões do passado já seriam hoje chamadas de irresponsabilidade ou erro no uso ou na poupança da moeda.

Não importando a forma física que toma no espaço e no tempo, a moeda é bem de aceitabilidade geral, é bem aceito em troca de qualquer mercadoria, é bem intermediariamente adquirido para trocas futuras<sup>2</sup>. A troca se processa de maneira indireta. Em vez de trocarmos um produto que temos ou um serviço que podemos prestar pelo produto ou serviço que desejamos, trocamos o primeiro pela moeda e, oportunamente, trocamos a moeda pelo segundo.

Tem ainda a moeda as propriedades de unidade de medida de valor, ou "valorímetro", e de meio de conservação de riqueza, ou reserva de valor. O valor de todos os produtos, serviços e títulos são expressos em termos monetários, em termos de moeda, em cruzeiros no

---

<sup>2</sup> Veja Pantaleoni em Papaterra Limongi (1944, pp. 241).

no Brasil; a moeda é a unidade de medida de valor. Esta propriedade é derivável da definição de moeda, pelo fato de ser ela o meio de troca, pois o valor de uma mercadoria não depende somente de seu custo mas também de sua procura, de sua atratividade relativa, o que é manifestado no processo da troca. Assim, o meio de troca assume naturalmente a função de valorímetro (Papaterro, pp. 227). Sendo meio de troca, a moeda é também necessariamente reserva de valor, isto é, forma de conservar poder de compra, riqueza, para utilização oportuna.

## MEIOS DE TROCA

Desde que a divisão de trabalho assuma a extensão de eliminar significativamente a auto-suficiência das unidades produtivas, um fenômeno observável em sociedades ainda em estágio tribal, a produção tem que ser entendida como fabricação e troca ou comercialização. Não há como dizer o que é mais importante. Como indivíduos, não podemos negligenciar a comercialização se queremos compreender a realidade. Como responsáveis pela produção, não podemos negligenciá-la sem desperdiçar recursos sociais, puníveis com a falência no capitalismo ou com a demissão em economias socialistas (caso os controles sejam eficazes). Como nação, não podemos negligenciá-la sem involuirmos.

A questão é óbvia, não exigindo muito da hipótese de racionalidade comportamental. A divisão de trabalho só se desenvolve e só prevalece quando a troca é possível. Limitações na troca induzem à auto-suficiência, à produção para o consumo próprio, com a perda de bem-estar geral da população envolvida. Exemplos podem ser vistos na história dos povos, ou no acompanhamento dos mercados dos diversos produtos. Tivemos o declínio secular do Nordeste também decorrente das dificuldades de comercialização devido à concorrência das Antilhas. Tivemos o declínio das colônias alemãs no Rio Grande do Sul devido à inexistência de mercado para seus produtos, a ponto de levar o governo da Alemanha a proibir a imigração para o Brasil. Em ambos os casos houve retrocesso à economia de subsistência, com retorno a primitivos meios de produção<sup>3</sup>.

Nada, nenhum produto tem valor só pelo fato de ter sido fabricado. O valor só existe naquilo que é fabricado e desejado ou desejável pelos consumidores. Não interessa sabermos fabricar se não

---

<sup>3</sup> Veja Furtado (1967, pp. 70 e 133)

podemos comercializar. Compreendida a troca no nível de importância da fabricação, estamos em condições de perceber a função da moeda como elemento essencial do processo de produção, introduzindo a eficiência que possibilita a ascendência da civilização ou da vida de milhões de pessoas (Simonsen, 1974, capítulo I). Um ilustre brasileiro, leigo em economia, coloca a questão ao alcance de todos. Em livro para crianças, Monteiro Lobato (1972, pp. 51) explica:

Creso fez uma coisa muito importante para o mundo. Até então não havia dinheiro. Para comprar mercadorias usava-se o sistema de trocas. Se eu, por exemplo, tinha ovos e queria comprar trigo, trocava ovos por trigo. Mas isso era um grande transtorno, porque quem tivesse trigo poderia não precisar de ovos - nem de nada que eu tivesse. Fazia-se necessário haver moeda... Creso teve então uma grande idéia. Cunhou o ouro, ...

No desenvolvimento da moeda, encontramos nas primeiras civilizações várias moedas-mercadorias, nas segundas a especialização nas mercadorias monetárias ouro e prata. Hoje conseguimos a "eterização da moeda", a moeda ficuciária cujo valor independe de sua forma física. É uma evolução natural, um aperfeiçoamento óbvio. Vemos nesta evolução talvez mais clara e nítida evidência da validade de um princípio geral, descrito por Toynbee como lei de simplificação progressiva ou de "eterização".<sup>4</sup>

Podemos imaginar um antepassado nosso despendendo esforços e tempo, isto é, trabalho, à procura de indivíduos que aceitassem ar-

---

<sup>4</sup> Seguindo, por exemplo, a evolução dos meios de transporte, podemos observar progressiva simplificação dos mecanismos destinados à realização das mesmas missões, ao lado de sofisticação técnica objetivando aperfeiçoar o nível de realização das missões. Se observarmos o problema da energia, vemos que da utilização direta da energia química ou mecânica passamos à transmissão e distribuição da energia sob forma elétrica, com simplificação e aperfeiçoamento dos processos de utilização. Toynbee usa a expressão "eterização" para enfatizar os aspectos "de aperfeiçoamento, de eficiência prática ou de satisfação estética" que acompanham as simplificações tratadas.

Segundo Toynbee, "este fenômeno de 'eterização' pode ser observado em esferas muito diferentes". Exemplos são colhidos na esfera filosófica, religiosa, de controle sobre a natureza física, etc. "Em termos morfológicos (por exemplo) eterização aparece como uma mudança progressiva em organização da complexidade para a simplicidade..." (Vol. III, pp. 183 e 192). No caso da moeda, temos progressivo e significativo aperfeiçoamento de sua missão, com progressiva e significativa simplificação de sua forma física, até os simples (etéreos?) registros contábeis que são os depósitos bancários.

tigos de sua produção em troca de outros que desejava. A constatação de que certos artigos eram mais trocáveis do que outros ou com mais a ceitabilidade ou maior liquidez, levou nossos antepassados a adotar um método indireto de troca. Esses artigos de maior aceitabilidade e ram adquiridos e mantidos em estoque para serem trocados pelos produtos desejados. Estava desenvolvida, inventada ou criada a moeda, em sua essência. Estes artigos de maior aceitabilidade devem ser vistos como materializações oportunas da moeda, formas físicas primitivas ' mas adequadas para a época, dado o nível de conhecimento existente.

A divisibilidade, a facilidade de manuseio, o custo de armazenagem e transporte, a durabilidade, a segurança e a escassez, encaregaram-se de, gradativamente, reduzir estes elementos de troca ao ouro e à prata. Esta é a segunda etapa importante da evolução da moeda. Os recursos destinados à sua materialização já são relativamente bem menores e a contribuição para o processo de produção já é bem maior. A propósito, Toynbee considera a invenção da moeda quando da cunhagem do ouro e do entendimento da falsificação como crime contra o Estado. Ocorreu no século sétimo antes de Cristo, na Civilização Helênica (Vol. 7A, pp. 308), e não no século seguinte como o indica Monteiro Lobato. Entretanto, a definição de moeda como meio de troca ' permite localizar sua invenção antes mesmo das primeiras civilizações.

A terceira etapa da evolução ocorreu nas últimas civilizações. Eliminamos o valor intrínseco da moeda. Seu custo de produção já nada tem a ver com o seu valor de troca. Este custo, isto é, os recursos sociais utilizados para a produção da moeda, são praticamente desprezíveis. Simultaneamente, conseguimos melhorar extraordinariamente os serviços prestados pela moeda como meio de troca (papel moeda e depósitos bancários, simples registros transferíveis por meio de cheques, são obviamente muito mais convenientes do que moedas ou barras de ouro).

Trocamos a moeda por qualquer serviço ou por qualquer produto. Portanto, seu valor varia com o valor de todos os produtos e serviços. Quanto maior os preços médios de todos os produtos e serviços, tanto menor é o preço da moeda. O preço da moeda, o seu valor ' de troca, é o inverso do índice geral de preços. Quando o governo emite papel moeda, a diferença entre este valor de troca e o custo de produção é uma receita líquida, um lucro. Com ele o governo pode comprar produtos e serviços.

Se o governo abusa desta fonte de recursos ou destes lu-



cros, se emite demais, temos a inflação. Se, pelo contrário, o governo retira muita moeda de circulação, verificamos uma depressão. Mas controlando bem a moeda, o governo tem à sua disposição um formidável instrumento de política econômica, capaz de afetar o nível de preços, a quantidade de emprego, o crescimento econômico e outros que tais. A esterização da moeda também facilita extraordinariamente o seu uso como instrumento de política, além de torná-lo bem mais eficaz.

Esta esterização afirmou-se com o papel moeda e o monopólio governamental em sua produção. Temos artificialmente criada a escassez da moeda. Eliminando seu monopólio teríamos uma enxurrada de papel moeda, hiperinflação, confusão econômica e o conseqüente caos político. O monopólio no mercado da moeda é talvez o único monopólio não questionado por economista algum, pois a moeda é o único bem econômico cujos serviços dependem essencialmente de seu preço. Todos os outros bens econômicos podem ter seus preços variados, sem qualquer alteração em suas utilidades ou nos serviços que prestam.

Por outro lado, todos os bens econômicos não-perecíveis, inclusive a moeda, podem ser usados como meios de conservação de riqueza. Este é um ponto importante em nossa discussão posterior. Marx omitiu tudo o que vimos até agora - e observem a importância da omissão, fazendo uma catilinária contra a moeda que seria mais bem posta, ainda que errônea, se dirigida contra a riqueza. A moeda, qualquer que seja sua forma física, sendo meio de troca, é, como todos os bens trocáveis, meio de conservação de riqueza.

#### MEIOS DE CONSERVAÇÃO DE RIQUEZA

Podemos classificar os bens econômicos, em termos de suas propriedades como meios de conservação de riqueza, em quatro grupos: moeda, títulos de renda fixa (letras de câmbio, debêntures), títulos de renda variável (ações, quotas de fundos) e bens não perecíveis (ouro, terrenos).<sup>5</sup> Em qualquer instante, todo agente econômico, todo indivíduo tem sua riqueza distribuída entre estas formas. Qualquer delas constitui uma reserva de valor para utilização oportuna. Mas elas se distinguem quanto à rentabilidade e conversibilidade ou liquidez.

Os títulos de renda fixa rendem juros e os de renda variável proporcionam lucros. Os primeiros tem valor e rendimento fixados

<sup>5</sup> Veja, entre outros, Friedman (1956, pp. 3 - 21) e Meltzer (63, pp. 219 - 224).

em termos de moeda e conversíveis em moeda sem ônus, desde que a conversão se realize em datas pré-determinadas; em outros períodos há um custo transacional. Os últimos não tem valor nem rendimentos fixos e há sempre um custo envolvido em sua troca; constituem o meio de conservação de riqueza que envolve maior risco.

Os bens não-perecíveis constituem uma defesa contra a inflação, o aumento geral de preços ou a desvalorização da moeda. Diferem-se bastante quanto a conversibilidade e aos custos de conservação. A rentabilidade proporcionada pela moeda é em termos dos serviços que ela presta, da conveniência de uso e de conservação, da inexistência de qualquer custo transacional.

O processo de ajustamento da riqueza consiste na manutenção de distribuições ideais entre estas diversas formas. Cada forma é substituta das demais. Cada indivíduo maximiza sua satisfação ao escolher uma distribuição para sua riqueza, tendo em conta as diferentes antecipações de conversibilidade e rendimento de cada uma das formas. Redistribuições ocorrem em decorrência de variações significativas nestes elementos.

Redistribuições ocorrem em decorrência da emissão de papel moeda. Quando o governo aumenta a quantidade de moeda em circulação, os indivíduos percebem um aumento relativo de sua riqueza em termos de moeda. Não sendo esta a relação desejada, os indivíduos passam a gastar moeda com a compra de bens e títulos. O aumento da procura desta causa a elevação de seus preços. Estará desencadeado um processo inflacionário se o governo persistir na emissão.

Observamos que esse processo é geral e universal. O conjunto de alternativas para a conservação da riqueza pode diferir e a importância relativa delas deve variar de nação para nação. A facilidade de conversão pode ser diferente e limitações ou tetos nos rendimentos e preços são frequentemente introduzidos e removidos. E isto tem acontecido a despeito de diferenças nos sistemas econômicos, nos sistemas políticos e nos estágios de desenvolvimento das nações (Silveira, 1974).

## MARX

Tomemos uma economia socialista, institucionalizada de modo a manter elevados níveis de liberdade de consumo, de emprego e de produção, excluindo naturalmente a liberdade de posse (Lange 1964, pp. 72 - 73). Temos uma economia em que o estado possui os meios de produção, mas seus administradores devem maximizar o lucro, tendo em conta os desejos dos consumidores e sendo também condicionados pelas preferências de emprego da população ("... em relação a uma empresa individual, a questão do lucro é de grande importância como um indicador de sua eficiência." - Nikita Krushchev)<sup>6</sup>.

Para facilitar a apreensão deste caso ou "modelo" econômico, podemos imaginar uma nação em que o governo possua todas as ações de todas as empresas. O governo não paga juros nas poupanças ou economias dos indivíduos, mas permite que empresas e indivíduos continuem a operar livremente nos diversos mercados. Eliminamos os mercados de títulos, mas o problema individual de distribuição de riqueza permanece, sendo a escolha limitada a bens e moeda. O processo inflacionário não foi alterado em sua essência, o mecanismo é o mesmo descrito acima.

Permanece a moeda como meio de troca, unidade de medida, ' meio de conservação de riqueza e instrumento de política econômica. ' Permanece a possibilidade de inflações e depressões em qualquer dimensão. A eliminação dos mercados de títulos, essência da posição socialista, sugere fortemente que a importância da moeda é bem maior nesta economia socialista do que em qualquer economia capitalista. Isto pode surpreender a alguns, mas de fato é de conhecimento geral a inexistência de qualquer perspectiva da eliminação da moeda em nenhuma das economias socialistas existentes.

O fenômeno de que Marx trata, o "poder corruptor" ou o "po

---

<sup>6</sup> Citado por Ansoff (1965, pp. 29), em que aparece também a afirmativa de um empresário americano, onde procura justificar-se pela adoção do objetivo de maximização de lucro - outro tópico que dá origem a ' distorções e desvirtuamentos. Ansoff salienta assim o contraste e a reversão de expectativas quanto às declarações. O objetivo de maximização do lucro é uma abstração da teoria econômica, aceitável em vista das respostas a que se propõe a teoria. Embora objetivo para o empresário, necessita condicionamentos, restrições ou limites, e sobretudo implementação. Ansoff discute muito bem a implementação no caso de decisões estratégicas, principalmente no capítulo IV.

der metamórfico", é geralmente conhecido, não exigindo maiores elaborações. Normalmente, nós o chamamos de abusos do poder. São distorções comportamentais associadas ao poder. O erro, realmente primário reside na identificação destes abusos com a moeda. Qualquer que seja sua fonte, o poder leva indivíduos a atos e atitudes que, em sua ausência, não seriam praticados ou adotados. Isto, aliás, é da própria definição do poder. E qualquer que seja sua fonte, o poder pode vir a transformar "representação em realidade e realidade em mera representação".

Como vimos, a moeda é apenas um dos meios de conservação da riqueza. E a riqueza não é mais do que uma das várias fontes de poder. Suponhamos eliminada a moeda. Qualquer uma das outras formas de riqueza, dão origem a um poder, que pode perfeitamente degenerar-se em quaisquer das formas citadas por Marx. Mas suponhamos também e eliminada toda a riqueza individual. Temos ainda todas as outras fontes de poder. Tomemos qualquer delas, o poder do conhecimento, o poder da força, o poder carismático, o poder tradicional, o poder legal ou institucional, ou mesmo o poder do amor de que fala Marx. Todas as degenerações citadas seriam observáveis.

Qualquer hierarquia de poder, está sujeita a esses abusos. São abusos do poder institucional que muitas vezes ocorrem sem intervenção alguma de qualquer elemento de riqueza. Certamente, há interdependência entre as fontes de poder: em determinadas condições, podemos adquirir qualquer uma delas com o uso das demais. Mas em nenhuma sociedade capitalista observamos a riqueza e, sem dúvida, menos ainda a moeda, como fonte única do poder.

Concluimos que toda a catilinária de Marx só teria alguma validade se dirigida contra o poder. E para coibir os abusos do poder só podemos pensar em sua distribuição, pois a alternativa de eliminá-lo implica na destruição da ordem, isto é, na queda ou extinção da Civilização. Se a distribuição do poder é desejável nestes termos, só podemos pensar na ampliação da diversidade de suas fontes, nunca em seu cerceamento. Ironicamente, Marx propõe este cerceamento ao pregar a eliminação da posse sobre os meios de produção.

A economia aventada por Lange e discutida acima é a forma mais mitigada em que podemos colocar o socialismo. E, obviamente, a eliminação daquela dimensão da riqueza (posse sobre os meios de produção) traz a concentração do poder. Vemos neste aspecto uma grande virtude do capitalismo que carece de divulgação maior. Finalizamos, observando que consideração maior também deve ser dada à evidência de

que, dentre as economias capitalistas, a distribuição do poder aumenta na extensão da importância de seus setores em concorrência perfeita (Friedman 1968, pp. 109).

# BIBLIOGRAFIA

1. Ansoff, H. Igor - Corporate Strategy. New York: McGraw-Hill, 1965.
2. Friedman, Milton. "The Quantity Theory of Money-A Restatement".  
In Studies in the Quantity Theory of Money. Ed.  
by Milton Friedman. Chicago: Univ. of Chicago  
Press, 1956.
3. Capitalism and Freedom. Chicago: Univ. of Chicago  
Press, 1968.
4. Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Nacional,  
1967.
5. Gudin, Eugênio. Princípios de Economia Monetária. Rio de Janeiro:  
Agir, 1972.
6. Lange, Oskar. On the Economic Theory of Socialism. New York:  
McGraw-Hill, 1964.
7. Lobato, Monteiro. História do Mundo para as Crianças. São Paulo:  
Brasiliense, 1972.
8. Marx, Karl. "Money". Reprinted from Karl Marx Early Writings in  
Economics: Mainstream Readings and Radical Critiques,  
ed. by D. Mermelstein. New York: Tandom, em 1970.
9. Meltzer, Allan H. "The Demand for Money: The Evidence from the  
Time Series". Journal of Political Economy  
(June, 1963), pp. 214-46.
10. Mermelstein, David. Ed. Economics: Mainstream Readings and Radi-  
cal Critiques. New York: Random, 1970.
11. Papaterre Limongi, J. — Manual de Economia Política e Finanças.  
Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1944.
12. Pesek, B. P. and Saving, T. R. The Foundation of Money and  
Banking. London: Macmillan, 1969.
13. Silveira, Antonio M. "Mercado da Moeda e Política Econômica". Re-  
vista de Administração de Empresas (Fev. de  
1974), pp.

14. Simonsen, Mario H. Macroeconomia (no prelo).
15. Toynbee, Arnold J. A Study of History. New York: Oxford Univ. Press, 1962.

